

Porto Novo Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do
Porto Novo Participações S.A.
São Francisco do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Novo Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Novo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville 31 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Porto Novo Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		112	17	Fornecedores		9	4
Partes relacionadas	7	-	1.266	Obrigações fiscais		-	120
Impostos a recuperar		26	143	Partes relacionadas	7	5	1.218
		<u>138</u>	<u>1.426</u>			<u>14</u>	<u>1.342</u>
				Não circulante			
				Partes relacionadas	7	175	1.845
				Impostos diferidos	5	2.820	2.820
Não circulante						<u>2.995</u>	<u>4.665</u>
Partes relacionadas	7	-	1.572				
Investimentos	4	47.025	48.429	Patrimônio líquido	8		
		<u>47.025</u>	<u>50.001</u>	Capital social		42.287	39.101
				Reserva de capital		12.395	12.395
				Ajuste de avaliação patrimonial		159	399
				Prejuízos acumulados		(10.687)	(6.475)
						<u>44.154</u>	<u>45.420</u>
		<u>47.163</u>	<u>51.427</u>	Total do passivo		<u>47.163</u>	<u>51.427</u>
Total do ativo							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Novo Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(73)	(109)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(4.369)	(2.584)
Outras receitas operacionais		-	56
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		(4.442)	(2.637)
Despesas financeiras		(135)	(385)
Receitas financeiras		125	378
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(4.452)	(2.644)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
Prejuízo do exercício		<u>(4.452)</u>	<u>(2.644)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Novo Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	(4.452)	(2.644)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(4.452)</u></u>	<u><u>(2.644)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Novo Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>39.101</u>	<u>12.395</u>	<u>862</u>	<u>(4.294)</u>	<u>48.064</u>
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	-	(463)	463	-
Resultado do exercício	-	-	-	(2.644)	(2.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>39.101</u>	<u>12.395</u>	<u>399</u>	<u>(6.475)</u>	<u>45.420</u>
Aumento de capital (nota explicativa 8)	3.186	-	-	-	3.186
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	-	(240)	240	-
Resultado do exercício	-	-	-	(4.452)	(4.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>42.287</u>	<u>12.395</u>	<u>159</u>	<u>(10.687)</u>	<u>44.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Novo Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos	(4.452)	(2.644)
Ajustes para:		
Resultado de equivalência patrimonial	4.369	2.584
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	117	(69)
Partes relacionadas	1	49
Fornecedores	5	-
Obrigações fiscais	(120)	46
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(80)	(34)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	175	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	175	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	95	(34)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	17	51
No fim do exercício	112	17
	95	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Companhia tem sede no município de São Francisco do Sul - SC e é uma sociedade anônima de capital fechado, originária da transformação do tipo jurídico de sociedade empresária limitada constituída em 25 de maio de 2006, em conformidade com a legislação brasileira, tendo por objeto social a gestão de participações societárias, podendo, ainda, exercer atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios comerciais em geral.

A Companhia concentra seus investimentos nas sociedades TESC - Terminal Santa Catarina S.A. (controlada em conjunto) e WRC - Operadores Portuários S.A. (controlada em conjunto) cujas atividades são desenvolvidas em áreas portuárias e retroportuárias de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

TESC - Terminal Santa Catarina S.A. (TESC)

O TESC - Terminal Santa Catarina S.A. ("TESC e/ou controlada em conjunto") tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral norte de Santa Catarina, e foi constituído em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de arrendamento de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo inicial de 25 anos, o qual foi antecipadamente renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046.

A controlada em conjunto tem por objeto social a construção e a exploração de instalações portuárias, na modalidade de uso público, com vistas à movimentação e armazenagem de carga geral, solta ou unitizada, containerizada, granéis sólidos ou outras cargas compatíveis, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista.

Os acionistas da controlada em conjunto deliberaram um novo projeto de investimentos para o negócio, o qual foi aprovado pelo então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), por meio da Portaria nº 248 de 13 de julho de 2016, e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por meio da Resolução nº 5.318 de 20 de março de 2017, o que permitiu a renovação antecipada de seu arrendamento, conforme 6º Termo Aditivo ao Contrato de Arredamento nº 015/96/PJ, firmado em 27 de julho de 2017 (publicado no DOU de 31 de julho de 2017), abrangendo o período de 2021 a 2046. Esses investimentos aparelharão o Terminal Portuário com uma estrutura moderna para adicionar a operação de granéis vegetais para exportação, que modificará significativamente seu posicionamento no mercado e seus resultados.

A decisão dos acionistas para a conversão da especialização da controlada em conjunto, decorre da necessidade de reposicionamento estratégico do Terminal.

WRC Operadores Portuários S.A. (WRC)

A WRC Operadores Portuários S.A. ("WRC e/ou controlada em conjunto"), tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 2002, com prazo de duração indeterminado.

A controlada em conjunto tem como objeto social a operação de terminais portuários de carga geral e de contêineres, a movimentação e armazenamento de mercadorias próprias e de terceiros e a locação de equipamentos afins, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 31 de agosto de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 sem afetar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

b. Controladas em conjunto

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 19 (R2), reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido em acordo de acionistas e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa investida registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“*impairment*”) do ativo transferido e contempla as seguintes entidades:

	Participação (%)
Controladas em conjunto:	
TESC - Terminal Santa Catarina S.A. (“TESC”)	50,00
WRC Operadores Portuários S.A. (“WRC”)	50,00

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as práticas contábeis das controladas em conjunto estão consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários a vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerado de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: mútuo com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre mutuo com partes relacionadas, encargos financeiros sobre tributos, e outras despesas. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

4 Investimentos

Abaixo demonstramos as informações financeiras das controladas em conjunto

	2018			2017
	TESC	WRC	Total	Total
Valores das investidas				
Patrimônio líquido	47.280	46.770	94.050	96.896
Resultado do exercício	(5.032)	(3.743)	(8.775)	(5.130)
Percentual de participação	50%	50%	50%	50%
Movimentação dos investimentos				
Saldo inicial dos investimentos	23.191	25.238	48.429	51.013
Aumento de capital	2.965	-	2.965	-
Resultado da equivalência patrimonial	(2.516)	(1.853)	(4.369)	(2.584)
Valor patrimonial dos investimentos	<u>23.640</u>	<u>23.385</u>	<u>47.025</u>	<u>48.429</u>

5 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui passivos tributários diferidos, relativos ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 2.820. Estes valores referem-se a valores de deságio registrados quando da aquisição dos investimentos nas controladas em conjunto TESC e WRC, baixados ao resultado quando da implantação das novas práticas contábeis (CPC). Para fins fiscais tais valores constituem uma diferença temporária.

6 Provisão para litígios

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não era parte em nenhum processo judicial.

7 Partes relacionadas

Ativo	2018	2017
Mútuo		
TESC - Terminal Santa Catarina S/A	-	2.838
Ativo Circulante	-	1.266
Ativo não circulante	-	1.572
Passivo	2018	2017
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	175	220
Alberto Raposo de Oliveira	21	26
Renato Gama Lobo	26	32
LOGZ Logística Brasil	45	57
Athena Participações S/A	83	105
Mútuo	5	2.843
Alberto Raposo de Oliveira	-	332
Renato Gama Lobo	1	421
LOGZ Logística Brasil	2	738
Athena Participações S/A	2	1.352
Total partes relacionadas Passivo	180	3.063
Passivo circulante	5	1.218
Passivo não circulante	175	1.845

A Companhia utilizou saldos de mútuo para aumento de capital na controlada em conjunto TESC – Terminal Santa Catarina S/A, durante o exercício de 2018.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2018, não houve pagamentos a título de remuneração aos Diretores e Conselho de Administração.

8 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia tem capital autorizado de R\$ 42.287 (R\$ 39.101 em 2017), totalmente subscrito e integralizado, composto por 10.025.320 ações (9.342.570 ações em 2017) ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo que cada ação outorga direito a um voto.

Aumento de Capital social

Em 29 de maio de 2018 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária sendo aprovado o aumento de capital da Companhia de R\$ 39.101 para R\$ 42.287 mediante a emissão de 682.750 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, por meio de subscrição privada, ao preço de emissão unitário de R\$ 4,6657102.

Reserva de capital - ágio na emissão de ações

Reserva de ágio na emissão de ações, constituída na forma do art. 182, § 1ª, alínea “a” da Lei nº 6.404/76, correspondente a parcela de contribuição dos subscritores de ações que ultrapassou a importância destinada à formação do capital, nos aumentos deliberados pelas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) abaixo:

	Valor
A.G.E. de 04/07/2006	2.418
A.G.E. de 17/12/2007	7.973
A.G.E. de 05/05/2008	60
A.G.E. de 25/08/2008	<u>1.944</u>
Total	<u>12.395</u>

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício após a formação da reserva legal. Os eventuais dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido, no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

9 Despesas administrativas e gerais

	2018	2017
Serviços contábeis	(12)	(37)
Serviços advocatícios	(23)	(11)
Serviços de auditoria e consultoria	(38)	(30)
Publicações legais	-	(5)
Tributárias	-	(25)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(73)</u>	<u>(109)</u>

10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

10.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em quaisquer ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades caixa e equivalente de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

c. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração monitora as oscilações, e revisa seu fluxo futuro de caixa para assegurar a geração de caixa compatível com as oscilações dos instrumentos.

10.2 Instrumentos financeiros - Valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

10.3 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

11 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A pandemia do novo coronavírus trouxe novos desafios à economia mundial, afetando o cotidiano da população e suas relações de consumo, exigindo que os negócios se adaptassem à uma nova realidade e estabelecessem planos contingenciais para o enfrentamento da crise.

Em função de aspectos não administráveis, a Companhia teve seus resultados impactados nos meses mais críticos da pandemia. No entanto, a partir de julho, já houve melhora, assim como indicação de normalização quanto aos volumes e geração de caixa das suas investidas. A Administração da Companhia e de suas investidas adotou um plano de ação, visando a segurança do seu quadro de pessoal, cumprimento com as exigências relacionadas a Crise do COVID-19, bem como melhoria do desempenho financeiro e operacional. A Companhia tem confiança na resiliência dos seus negócios, bem como na efetividade do seu plano contingencial.